



1-Estrutura institucional da UFOPA

A Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA é uma Instituição Federal de Ensino Superior constituída na forma de autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, com sede e foro na cidade de Santarém, estado do Pará. É dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, assegurada pela Constituição Federal, observada a legislação vigente e seu Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013. E é a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira, sendo uma universidade multicampi. Além de Santarém, foi pactuado com o MEC a implantação de campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. E apesar de ser multicampi apresenta uma única Unidade Executora do Orçamento e do financeiro.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do MEC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011*) (*NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11*); as NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10*); as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As demonstrações contábeis são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial. O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As NBC TSP citadas possuem correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, considerando que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

Os componentes do patrimônio foram registrados pelo valor original das transações, expressos em moeda nacional. Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da UFOPA.

Compõem as notas explicativas da UFOPA as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);



- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

3. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual (LOA) dispõem sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União e compreende três orçamentos, que são: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimentos das empresas estatais independentes, ou seja, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades. Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS

3.1 Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, é o que se refere à execução financeira nos órgãos públicos federais, da mesma forma na UFOPA. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias (são todas aquelas receitas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento), ou seja, todos os recebimentos e todos os pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3.2 Ajustes de Exercícios Anteriores

Destaca-se também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.



3.3 Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O orçamento público é o “Instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum.” (https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario?search_letter=o).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br/guiainformacao/execucao-orcamentaria-financeira/>)

Dessa forma, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario/DetailGlossario.asp?letra=d>)



3.4 Restos a pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file//fileDownload.jsp?fileId.)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Na sequência são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da UFOPA bem como nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa, no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

A UFOPA não possui montante em moeda estrangeira.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo



Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) Créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados na UFOPA.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), materiais de almoxarifado, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

No âmbito da UFOPA compreendem os materiais de almoxarifado utilizados para suas atividades. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Ajuste para perdas da dívida ativa



Os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (I) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (II) parcelados; (III) garantidos; e (IV) suspensos, por decisão judicial.

De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'II' a 'IV' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimativa de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimativa de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimento passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício, pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - CCONT/STN.

h) Investimentos

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

i) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

j) Intangíveis

Dizem respeito aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de



produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

k) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

l) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. A UFOPA não sofre depreciação de bens imóveis devido possuir apenas terrenos/glebas registrados no SPIUnet.

j) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da UFOPA são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições e outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

A UFOPA não possui em seus registros passivos não circulantes.



m) Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, dos órgãos públicos, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

n) Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

Estão segregadas em seis categorias:

- (i) riscos trabalhistas;
- (ii) riscos fiscais;
- (iii) riscos cíveis;
- (iv) repartição de créditos tributários;
- (v) provisões matemáticas; e
- (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo estão em conformidade com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, combinada com a Portaria Conjunta STN/PGF8, nº 8 de 30 de dezembro de 2015.

o) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

p) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:



I. Patrimonial;

II. Orçamentário; e

III. Financeiro.

(a) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Estudos da STN apontam que “o balanço orçamentário é estruturado para atender a um “ente público” e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente. Entende-se por “ente”: União (OFSS), estados, Distrito Federal e municípios. Portanto, a concepção de ente pode gerar confusão no BO de órgãos e UGs, pois não apresentará os valores da coluna “Dotação Inicial” e “Dotação Atualizada”, exceto receitas próprias ou recursos vinculados, como é o caso (MEC x FNDE x FIES x Salário-Educação). Caso o órgão não possua essas duas origens de receita, o BO demonstrará apenas a execução do crédito, visualizada na coluna de “Despesas Empenhadas”.

Os valores recebidos pelas universidades e institutos, por exemplo, provenientes do MEC ou de outros órgãos, não são mais visualizados no "BO", na coluna "Previsão Atualizada" da Receita, desde 2011, quando foi reformulada a sua estrutura pela STN. A justificativa para retirada da movimentação de créditos do Balanço Orçamentário foi a de que “crédito” e “dotação” não são sinônimos. Esta, corresponde aos valores fixados na LOA; enquanto aqueles correspondem aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente).

Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão



executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

(b) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão.

Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

(c) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a instituição e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFOPA, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.



A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4 - Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial – BP

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes ao demonstrativo.

4.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Os valores referentes à conta Demais Créditos e Valores a curto prazo representados no Balanço Patrimonial da UFOPA são composto por adiantamentos em folha de pagamento da Universidade, de 13 salário, antecipação de salário e de férias, no 4º trimestre de 2017 comparado ao mesmo período de 2016, houve uma variação bem expressiva de 201,55%, ocasionado pelo aumento da demanda de solicitações dos servidores da instituição. A UFOPA não possui nenhum crédito e valores a longo prazo conforme tabela abaixo.

Tabela 1- Demais Creditos e Valores a Curto Prazo

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO	31.12.2017	31.12.2016	AV%	AH%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.457.884,54	485.080,99	99,66	200,54
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	433.888,05	300.506,89	29,76	44,39
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	800.828,80	0,00	54,93	100
SALÁRIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	223.167,69	184.574,10	15,31	20,91
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	4.977,84	38,53	0,34	12819,39
CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL	4.977,84	38,53	100	12819,39
TOTAL	1.462.862,38	485.119,52	100	201,55

Fonte: SIAFI 2016,2017.

4.2. Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam



sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

4.2.1 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da UFOPA representam 60,92% do total do Ativo da UFOPA, no total de R\$ 75.148.253,69 registrados, aproximadamente 70% de todos os Imóveis estão em fase de construção (em andamento) e os Imóveis registrados no SPIUNET são compostos por terrenos e glebas por essa razão não sofrem depreciação.

Tabela 2- Bens Imóveis- composição

	31/12/2017	AV %
BENS IMOVEIS	R\$ 75.148.253,69	100,00
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 22.567.704,64	30,03
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	R\$ 52.531.549,05	69,90
OBRAS EM ANDAMENTO	R\$ 47.172.517,51	89,80
ESTUDOS E PROJETOS	R\$ 5.359.031,54	10,20
INSTALACOES	R\$ 49.000,00	0,07

Fonte: SIAFI 2017.

4.2.2 Bens móveis

Os Bens Móveis da UFOPA em 31.12.2017 totalizavam R\$ **41.129.918,65** e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir. O item Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas representam 57,56% dos Bens Móveis da UFOPA. Este volume expressivo se justifica pelo fato da existência de laboratórios de pesquisa e extensão conforme demanda dos cursos da UFOPA. A evolução da composição de bens móveis foi de apenas 1,27%.

Tabela 3- Bens Móveis – Composição

	31.12.2017	31.12.2016	AV%	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	23.674.856,95	23.119.128,43	57,56	2,40
Bens de Informática	11.960.834,51	10.336.516,53	29,08	15,71
Móveis e Utensílios	17.414.292,80	16.117.700,22	42,34	8,04
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	5.136.140,63	4.626.968,19	12,49	11,00
Veículos	2.855.069,49	2.847.789,49	6,94	0,26
Bens Móveis em Almoxarifado	123.692,62	123.692,61	0,30	0,00
Demais Bens Móveis	29.896,80	29.896,80	0,07	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	(20.064.865,15)	(16.587.929,45)	48,78	20,96
Total	41.129.918,65	40.613.762,82	100	1,27

Fonte: SIAFI 2016,2017.



Cabe destacar que os Equipamentos/Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares no valor de R\$ 15.351.741,25, correspondem a 64,84% dos equipamentos registrados, conforme tabela 4.

Tabela 4 - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas- Composição.

	31.12.2017	AV%
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	R\$ 2.496.368,74	10,54
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	R\$ 214.405,44	0,91
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO,LAB.E HOSPITALAR	R\$ 15.351.741,25	64,84
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	R\$ 11.713,36	0,05
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO.	R\$ 661.325,67	2,79
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	R\$ 121.768,08	0,51
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	R\$ 2.532.804,37	10,70
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	R\$ 26.829,42	0,11
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	R\$ 114.192,87	0,48
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS.	R\$ 71.872,66	0,30
EQUIPAM. PECAS E ACESSORIOS PROTECAO AO VOO	R\$ 415.000,00	1,75
MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	R\$ 668.013,44	2,82
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	R\$ 74.805,62	0,32
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	R\$ 914.016,03	3,86
TOTAL	R\$ 23.674.856,95	100

Fonte: SIAFI 2017.

4.3. Intangível

São os direitos que a UFOPA possui por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Na base do dia 31/12/2017 o total dos intangíveis somam **R\$ 861.852,64**, todos com vida útil indefinida, no 4º trimestre do ano de 2016 havia registros de bens intangíveis de vida útil definida, mas sua amortização total ocorreu ainda em 2016, conforme tabela 5.

A UFOPA possui registrada apenas Software e Marcas e Patentes como bens intangíveis.

Software- Compreende os valores dos softwares pertencentes à entidade e não integrantes a um hardware, englobando os valores referentes à sua construção, implementação e instalação.

Marcas e Patentes- Compreende os valores pertinentes a bens intangíveis, englobando os gastos com registro de marca, nome, invenções próprias,



direitos de uso de comunicação e direitos autorais, além de desembolsos a terceiros por contratos de uso de marcas, patentes ou processos de fabricação (tecnologia).

Tabela 5 - Intangível- composição

	31.12.2017	31.12.2016	AH%
Software com Vida Útil Definida	0,00	23.500,00	-100
Software com Vida Útil Indefinida	703.070,64	701.810,64	0,18
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida		0,00	
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	158.782,00	158.712,00	0,04
Amortização Acumulada	0,00	(23.500,00)	-100
TOTAL	861.852,64	860.522,64	0,15

Fonte: SIAFI 2016,2017.

4.4 - Valores Restituíveis

Os Valores Restituíveis Compreendem os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, exigíveis no curto prazo. Esses valores tiveram um aumento considerável de 1.524,47% no 4º trimestre de 2017 comparado ao mesmo período de 2016, o aumento foi gerando a partir dos registros de depósitos retidos de fornecedores (em cumprimento de cláusulas contratual para amparos trabalhistas) e registros de cauções.

Tabela 6- Valores Restituíveis- composição

	31.12.2017	31.12.2016	AH%
VALORES RESTITUIVEIS	R\$ 145.659,40	R\$ 8.966,58	1524,47
IMPOSTOS E CONTRIB DIVERSOS DEVIDO	R\$ 6.982,75	R\$ 1.088,48	541,51
DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	R\$ 57.756,79	R\$ 1.760,04	3181,56
DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS	R\$ 80.919,86	R\$ 6.118,06	1222,64

Fonte: SIAFI 2016,2017.

4.5 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, A Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA apresentou um saldo em aberto de R\$ 777.832,10 relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar, sendo todos referentes a Obrigações a Curto Prazo, Fornecedores Nacionais e pertencente a uma única UG executora existente.



Apresentamos a seguir, uma tabela, segregando essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Circulante	777.832,10	44.228,60	1.658,66
Nacionais	777.832,10	44.228,60	1.658,66
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Não Circulante	0,00	0,00	0,00
Nacionais	0,00	0,00	0,00
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Total	777.832,10	44.228,60	1.658,66

Fonte: SIAFI, 2016 E 2017.

Nota-se que há um aumento expressivo de 1.658,66% desse trimestre comparado ao 4º trimestre de 2016, do saldo da conta fornecedores e contas a pagar. Devido haver fornecedores com pendências para pagamento.

Na tabela a seguir apresentamos os todos os fornecedores que possuem créditos a receber, na data base de 31/12/2017, relativos à UFOPA.

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDOR		31/12/2017	AV(%)
A	IRMAOS MUNIZ LTDA - ME	425.000,00	54,64
B	E S E SEGURANÇA PRIVADA LTDA	179.188,64	23,04
C	STAR - SERVICOS ESPECIALIZADOS DE MAO DE OBRA EIRELI	97.517,37	12,54
D	CONSTRUTORA MEIO NORTE LTDA	29.125,93	3,74
E	FENIX EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA-ME	27.000,16	3,47
F	LOCAL X COMERCIO DE CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	20.000,00	2,57
Total		777.832,10	100

Fonte: SIAFI, 2017.

Os fornecedores **A, B, C, D, E e F**, representam o total a ser pago, e seus registros serão descritos a seguir:

Apresentação das principais transações por fornecedor:



Fornecedor A: IRMAOS MUNIZ LTDA – ME – CNPJ: 7902692000102 - crédito apresentado na conta - Credores Nacionais a Curto Prazo, valor referente de um mês de aluguel a ser pago ao fornecedor alusivo a locação de espaço físico para as instalações das unidades da UFOPA. Esse fornecedor representa 54,64% do total das contas a serem pagas no dia 31/12/2017, e é considerado o mais representativo. Valor pago no dia 16 de janeiro de 2018.

Fornecedor B: ESE SEGURANÇA PRIVADA LTDA – CNPJ 05742568000100 - crédito apresentado na conta - Credores Nacionais a Curto Prazo, valor referente à prestação de serviços de segurança e vigilância patrimonial armada, com sistema de ronda eletrônica com controle de acesso de pessoas e objetos. Pagamento pendente pois estar em processo judicial.

Fornecedor C: STAR - SERVICOS ESPECIALIZADOS DE MAO DE OBRA EIRELI – CNPJ: 09409620000153 - crédito apresentado na conta Credores Nacionais a Curto Prazo, valor do período de 03/02/2017 a 16/02/2017 a ser pago devido cumprimento do contrato nº 37/2013 do fornecimento de serviços de limpeza, asseio e conservação das áreas internas e externas dos CAMPI da UFOPA, em Obidos, Oriximiná e Santarém no estado do Pará. Esse fornecedor representa 12,54% do total das contas a serem pagas no dia 31/12/2017. Processo em análise jurídica devido fim do contrato.

Fornecedor D: CONSTRURORA MEIO NORTE LTDA – CNPJ: 03723572000197 - crédito apresentado na conta Credores Nacionais a Curto Prazo, valor referente a medição de serviços de construção do Restaurante Universitário da UFOPA, conforme contrato 34/2015. Valor pendente de pagamento devido questões judiciais.

Fornecedor E: LOCAL X COMÉRCIO DE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP - CNPJ: 15303472000190- crédito apresentado na conta Credores Nacionais a Curto Prazo, valor mensal a ser pago ao fornecedor, referente à locação de imóvel para atender demanda do campus de Itaituba, no período de 24/11 a 23/12/2017. Contrato 15/2017 - dispensa 03/17. Pagamento efetuado no dia 04 de janeiro de 2018.

Fornecedor F: FENIX EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA - ME – CNPJ: 16666830000192 - crédito apresentado na conta Credores Nacionais a Curto Prazo, valor referente a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionados, realizados em novembro/17, para atender campus de Oriximiná e Óbidos/PA. Pregão SRP 04/2015. Conforme ordem de serviços, contrato 30/2015. Valor pago no dia 4 de janeiro de 2018.

4.6 - Obrigações Contratuais



Em 31/12/2017, a Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA possuía um saldo de **R\$ 78.723.413,75** relacionados às obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos em execução no exercício de 2017 e a serem realizadas no(s) próximo(s) exercício(s). Na tabela a seguir, estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 9 – Obrigações Contratuais – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	2.367.377,01	3.796.777,81	-37,65	3,01
Seguros	129.946,00	23.146,00	461,42	0,17
Serviços	76.226.090,74	75.026.832,94	1,60	96,83
Total	78.723.413,75	78.846.756,75	-0,16	100

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam 96,83% do total das obrigações assumidas pela UFOPA, que é a única contratante, por possuir apenas uma UG executora, até o dia 31/12/2017, nota-se também uma evolução de 461,42% das obrigações contratuais de seguros devido à contratação de seguros contra acidentes pessoais aos discentes da UFOPA. Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 17 (dezessete) contratados da UFOPA com valores mais significativos e o saldo a executar, na base de 31/12/2017.

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Por contratado da UFOPA.

CONTRATADOS		31/12/2017	AV(%)
A 05145171000122	MAZ CONSTRUCOES EIRELI	R\$ 43.616.281,89	55,40
B 10530789000146	CONSTRUTORA LMS LTDA	R\$ 4.925.206,64	6,26
C 03723572000197	CONSTRUTORA MEIO NORTE LTDA	R\$ 4.154.828,41	5,28
D 8609047000240	JORIMA SEGURANCA PRIVADA LTDA	R\$ 3.519.216,80	4,47
E 01821471000123	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA, EXTENSAO E ENSINO EM CIEN	R\$ 3.272.223,61	4,16
F 05742568000100	E S E SEGURANCA PRIVADA LTDA	R\$ 2.289.565,99	2,91
G 04413554000171	IDEAL INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERANTES E BEBIDAS LTDA	R\$ 1.387.020,72	1,76
H 21556019000199	TAVARES E SILVA PROJETOS INSTALACOES E REFORMAS EM GERAL	R\$ 1.358.582,29	1,73
I 19065633000106	GABINETE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA	R\$ 1.186.263,46	1,51
J 16887298000133	OFFICE SERVICE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA EIRELI	R\$ 1.007.525,75	1,28
K 19710932000156	CONSTRUTORA MACAMBIRA E COMERCIO LTDA - EPP	R\$ 980.873,68	1,25
L 03817702000150	BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA	R\$ 974.468,44	1,24
M 05642330000102	TECSERVICE TECNOLOGIA EM INFORMATICA E TELEFONIA EIREL	R\$ 838.251,48	1,06
N 14084391000184	INSTITUTO CAPACITAR DE EDUCACAO PROFISSIONAL E CONSULTO	R\$ 833.326,82	1,06
O 04558234000100	AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	R\$ 755.835,35	0,96
P 18519318000149	A G PRATA EVENTOS - ME	R\$ 745.514,74	0,95
Q 05068564000180	EMPRESA DE ENGENHARIA E HOTEIS GUAJARA LTDA - EM RECUPE	R\$ 721.063,43	0,92
DEMAIS CONTRATOS DO ÓRGÃO 26441		R\$ 6.157.364,25	7,82
TOTAL		R\$ 78.723.413,75	100



Os contratados A, B e C representam 66,94% do total a ser executado, na base do dia 31/12/2017, são considerados os mais representativos da conta de Contratos de Serviços em Execução e tem como característica em comum a prestação de serviço de **obras e construção**, conforme a descrição a seguir:

A-CNPJ: 05145171000122 - MAZ CONSTRUCOES EIRELI, serviço de construção de bloco modular padrão no Campus do Tapajós da UFOPA em Santarém-PA conforme medição. Contrato 17/2013, com vigência expirada. Valor global: R\$ 53.201.747,44. Contrato em processo de aplicabilidade de multa contratual e em análise jurídica devido à paralisação das obras.

B-CNPJ: 10530789000146 - CONSTRUTORA LMS LTDA, serviço de construção do Restaurante Universitário no Campus da UFOPA em Santarém-PA, conforme medição. Contrato 23/2017, com vigência de 31.10.2017 a 04.03.2019. Valor global: R\$ 5.157.419,77.

C-CNPJ: 03723572000197 - CONSTRUTORA MEIO NORTE LTDA, serviço de construção do Restaurante Universitário no Campus da UFOPA em Santarém-PA, conforme medição. Contrato 34/2015, com vigência expirada no dia 14/03/2017. Valor global: R\$ 5.497.050,97. Obras desse contrato paralisada e em fase de análise jurídica.

Nota-se que dos **R\$ 52.696.316,94** dos saldos da soma dos três contratos mais expressivos da conta de contratos apenas **R\$ 4.925.206,64**, referente à empresa **B**, está sendo executado. Os demais **A** e **C** estão com saldos alongados e paralisados devido pendências supracitadas.

Abaixo a descrição dos serviços prestados e seus respectivos números de contratos conforme ordem de representatividade:

D- CNPJ: 08609047000240 - JORIMA SEGURANCA PRIVADA LTDA, contrato nº19/2017, referente à Prestação de Serviços de segurança e vigilância patrimonial armada, com controle de acesso de pessoas e objetos. Vigência de 01.11.2017 a 31.10.2018, valor global contratado de R\$ 3.839.145,60.

E- CNPJ: 0182147000123 - FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA, EXTENSÃO E ENSINO EM CIENCIAS referente ao contrato 11/2014, com objetivo de Apoio ao Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica – PARFOR, na UFOPA. Vigência de 25/11/2014 a 24/11/2015. Saldo ainda remanescente devido o contrato estar em processo de Auditoria Interna.

F- CNPJ: 05742568000100 - ESE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, contrato nº 05/2016, referente à Prestação de Serviços de segurança e vigilância patrimonial armada, com sistema de ronda eletrônica com controle de acesso



de pessoas e objetos. Vigência de 01/05/2016 a 30/04/2018, valor total contratado de R\$ 8.714.943,88.

G- CNPJ: 4413554000171 - IDEAL INDÚSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERANTES E BEBIDAS LTDA, contrato nº 11/2015, referente à locação de espaços físicos para salas administrativas e de aulas para atender a demanda da UFOPA. Com vigência até 09/06/2019. Valor total contratado de R\$ 3.495.711,36.

H-CNPJ: 21556019000199- TAVARES E SILVA PROJETOS INSTALAÇÕES E REFORMAS EM GERAL, serviço de adequação e manutenção das dependências da UFOPA, Pregão 25/15. Contrato 01/2017, vigência de 25/01/2017 A 25/01/2018. Valor contratado R\$ 3.793.601,59.

I- CNPJ: 19065633000106 - GABINETE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, contrato nº 3/2016, referente à prestação de serviços de engenharia consultiva para futuro desenvolvimento de projetos básicos e projetos executivos por M². Vigência de 29/03/2016 a 29/03/2018, valor contratado de R\$ 1.221.841,00.

J- CNPJ: 16887298000133 OFFICE SERVICE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA EIRELI, Prestação de serviços continuados de condução de veículos automotores oficiais, para a tender às necessidades da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, nas cidades de Santarém, Oriximiná, Óbidos, Juruti, Itaituba, Alenquer, Monte Alegre, todos no Estado do Pará. Contrato 02/2016, com vigência até 23/03/2018. Total contratado de 2.312.269,68.

K- CNPJ:19710932000156- CONSTRUTORA MACAMBIRA E COMERCIO LTDA – EPP, Contrato 25/2015 referente a Serviços de Engenharia de natureza Frequente Relativos a Manutenção predial nos Campi da UFOPA . Valor Contratado de R\$ 1.134.945,78 e 1º Termo Aditivo no Valor de R\$ 1.267.535,87 e vigência de 01/12/16 a 30/11/17. Contrato expirado.

L- CNPJ: 3817702000150 BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA, contrato nº 12/2015, prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle de frota com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet, com tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, nas redes de Estabelecimentos Credenciados pela CONTRATADA, localizados em todo o país, para abastecimento e manutenção operacional, preventiva e corretiva, incluído o fornecimento de peças de reposição, acessórios, socorro mecânico e transporte por guincho dos veículos da frota da UFOPA. Valor total contratado de R\$ 2.100.581,76. Vigência até dia 11/08/2018.

M- CNPJ:05642330000102- TECSERVICE TECNOLOGIA EM INFORMATICA E TELEFONIA, Contrato 20/2015 referente a Serviços de Manutenção de



Infraestrutura Elétrica de Alta e Baixa Tensão na UFOPA e Campus do Interior. Vigência até dia 14/10/2018. Valor total Contratado de R\$ 3.350.107,03.

N- CNPJ: 14084391000184- INSTITUTO CAPACITAR DE EDUCACAO PROFISSIONAL E CONSULTOR- serviço de consultoria e assessoria em gestão de processos de licitação, contratos administrativos e gestão contratual de obras e serviços de engenharia conf. contrato nº 10/2016, inexigibilidade nº 15/16. Vigência de 06.06.2016 a 06.06.2018. Valor contratado R\$ 1.999.984,35.

O- CNPJ: 04558234000100 - AMAZON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME, contrato nº 04/2016, referente à Prestação de serviços de Agente de Portaria, em toda área de abrangência da UFOPA, em Santarém, e nos Campi Universitários de Óbidos e Oriximiná. Vigência de 28/04/2016 a 28/04/2018. Valor total contratado de R\$ 3.400.678,32.

P- CNPJ: 18519318000149 - A G PRATA EVENTOS - ME, contrato nº 23/2015, referente à Prestação de serviços para dar suporte aos eventos planejados pela UFOPA por meio das atividades de coordenação, organização, promoção e correlatos, que compreendam serviços e/ou profissionais. Vigência de 25.11.2015 a 25.11.2018. Valor total contratado de R\$1.234.311,78.

Q- CNPJ:05068564000180- EMPRESA DE ENGENHARIA E HOTEIS GUAJARA LTDA - EM RECUPERAÇÃO, contrato nº 21/2013, Contratação de empresa especializada para a realização da obra em regime de execução indireta, mediante empreitada por preço global de Reforma, Adaptação, e Ampliação do Núcleo Tecnológico de Bioativos com dois (02) pavimentos nesta UFOPA. Vigencia de 13.05.2013 a 15.03.2018. Valor Global: \$ 7.979.116,41.

4.7 - Ajustes de Exercícios Anteriores

A prática contábil utilizada na conta denomina Ajustes de Exercícios Anteriores são de ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Na UFOPA no 4ª trimestre de 2017, houve uma diminuição significativa de 17.284,01% nos seus registros de ajuste de exercício anterior decorrente da reclassificação da reserva de reavaliação, no mês de novembro de 2017,



devido a alteração de critério contábil, conforme o que dispõe o MCASP(item 7.1.3

4.8 - Provisões

Em 31/12/2017, A Universidade Federal do Oeste do Pará, apresentou um saldo de R\$ 573,33 relacionados a provisões, sendo a obrigação a Curto Prazo. No mesmo período de 2016, não houve saldo nessa conta. Essa provisão é derivada de apropriação de retenção de encargos trabalhistas glosados pela UFOPA, referente ao contrato de prestação de serviços da empresa Construtora Meio Norte Ltda.

5 - Notas Explicativas ao Balanço Financeiro – BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As tabelas seguintes apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos até o quarto trimestre de 2017. Verifica-se que as despesas orçamentárias (a mais representativa dos dispêndios com aproximadamente 91%) tiveram um crescimento de apenas (2,73%) já as receitas orçamentárias aumentaram (58,59%) devido à doação realizada por instituição privada (ALCOA) para UFOPA, comparando o mesmo período ao ano de 2016.

Os recebimentos extraorçamentários tiveram uma queda de 54,23% em decorrência principalmente do menor volume de Restos a Pagar inscritos no ano de 2017. As despesas extraorçamentárias também tiveram queda 28,44% devido a queda de pagamentos de despesas de restos a pagar.

Verifica-se que os itens de maior representatividade monetária registrados no BF se referem às Transferências Financeiras Recebidas no total de R\$ 169.362.256,66 e a Despesas Orçamentárias com montante de R\$ 171.529.015,74 na base do dia 31 de dezembro de 2017.

Tabela 11- Total dos Ingressos

INGRESSO	2017	2016	AV%	AH%
Receitas Orçamentárias	R\$ 1.864.369,98	R\$ 1.175.617,61	0,99	58,59
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 169.362.256,66	R\$ 151.506.706,71	89,89	11,79
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 13.827.606,04	R\$ 30.213.407,29	7,34	-54,23
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 3.358.807,40	R\$ 7.323.869,22	1,78	-54,14
TOTAL	R\$ 188.413.040,08	R\$ 190.219.600,83	100	-0,95

SIAFI, 2017.

Tabela 12- Total dos dispêndios



DISPÊNDIOS	2017	2016	AV%	AH%
Despesas Orçamentárias	R\$ 171.529.015,74	166.963.059,61	91,04	2,73
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 393.921,12	2.015.499,59	0,21	-80,46
Despesas Extraorçamentárias	R\$ 12.796.308,76	17.882.234,23	6,79	-28,44
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 3.693.794,46	3.358.807,40	1,96	9,97
TOTAL	R\$ 188.413.040,08	R\$ 190.219.600,83	100	-0,95

SIAFI, 2017.

O resultado financeiro no quarto trimestre de 2017 foi superavitário em R\$ 334.987,06, bem diferente do resultado financeiro do quarto trimestre de 2016 que foi deficitária de R\$ 3.965.061,82 conforme tabelas abaixo, calculadas através de dois métodos.

Tabela 13 – Resultado Financeiro – Metodologia 1

	2017	2016
(+) INGRESSO	R\$ 185.054.232,68	R\$ 182.895.731,61
Receitas Orçamentárias	R\$ 1.864.369,98	R\$ 1.175.617,61
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 169.362.256,66	R\$ 151.506.706,71
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 13.827.606,04	R\$ 30.213.407,29
(-) DISPÊNDIOS	R\$ 184.719.245,62	R\$ 186.860.793,43
Despesas Orçamentárias	R\$ 171.529.015,74	166.963.059,61
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 393.921,12	2.015.499,59
Despesas Extraorçamentárias	R\$ 12.796.308,76	17.882.234,23
(=) RESULTADO FINANCEIRO	R\$ 334.987,06	-R\$ 3.965.061,82

Tabela 14 – Resultado Financeiro – Metodologia 2

DISPÊNDIOS	2017	2016
(+) Saldo para o Exercício seguinte	R\$ 3.693.794,46	R\$ 3.358.807,40
INGRESSO		
(-) Saldo do Exercício Anterior	R\$ 3.358.807,40	7.323.869,22
(=) RESULTADO FINANCEIRO	R\$ 334.987,06	-R\$ 3.965.061,82

De todos os ingressos, as transferências financeiras recebidas representam 89,89%, esses ingressos advêm principalmente de repasses do MEC para manutenção/funcionamento da UFOPA. Houve uma queda de 30,16% das transferências financeiras recebidas independentes da execução orçamentária (composta principalmente de pagamentos de restos a Pagar) comparando o quarto trimestre de 2017 com o quarto trimestre de 2016.

77,45% das despesas orçamentárias são vinculadas e 99,36% vinculada à educação, devido a natureza das atividades da instituição.

No quarto trimestre de 2017 houve uma redução bastante significativa de 80,46% das transferências financeiras concedidas, em relação ao mesmo período de 2016. Em razão das devoluções que ocorreram de saldos não utilizados de termos de cooperação técnica em 2016 que não ocorreram em 2017 e devido o volume menor de devoluções financeiras referente a exercícios anteriores, para a STN.



6 – Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do demonstrativo contábil.

6.1 - Receitas

Até o quarto trimestre de 2017, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 1.864.369,98, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 171.107.138,56, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 169.242.768,58.

Esta disparidade justifica-se pelo fato de que a Instituição não é um órgão arrecadador e depende de transferências financeiras recebidas principalmente do MEC.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos (Transferências recebidas – dependentes da execução orçamentaria), registrados ao lado dos Ingressos correspondem aos créditos orçamentários recebidos, e perfazem o total de R\$169.362.256,66. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras recebidas), no montante de R\$ 171.226.626,64, que são suficientes para atender às despesas empenhadas até o quarto trimestre, que foram de R\$ 171.107.138,56, gerando um resultado financeiro positivo no BF.

Pela análise da tabela a seguir, as despesas empenhadas (R\$ 171.107.138,56) alcançaram 94,77% do total da Dotação Atualizada (R\$ 180 milhões).

Tabela 15 – Receitas e Despesas por Categoria econômica

Balanço Orçamentário	Previsão / Fixação	Realização / Execução	Real/ Exec (%)	AV
Receitas Correntes	1.462.090,00	864.369,98	59,12%	46,36%
Receitas de Capital	-	1.000.000,00	0,00%	53,64%
Total das Receitas	1.462.090,00	1.864.369,98	127,51%	100,00%
Despesas Correntes	163.707.894,00	161.671.376,82	98,76%	94,49%
Despesas de Capital	16.837.406,00	9.435.761,74	56,04%	5,51%
Total das Despesas	180.545.300,00	171.107.138,56	94,77%	100%
Superávit/(Déficit)		(169.242.768,58)		

Siafi: 2017

Na tabela a seguir, observa-se que no quarto trimestre de 2017, a Previsão atualizada da Receita, deduzida das respectivas anulações ou cancelamentos foi de R\$ 1.462.090,00, apresentando uma redução de 47,26% em relação ao mesmo período de 2016 (R\$ 2,77 milhões). Quanto a despesa fixada (Dotação Atualizada), o total foi de R\$ 180.545.300,00, apresentando uma redução de 3,52% em relação ao mesmo período de 2016 (R\$ 187.134.195,00).



Tabela 16 – Receitas e Despesas – Previsão Atualizada x Dotação Atualizada

Categoria Econômica	Previsão / Fixação Dez/2017	Previsão / Fixação Dez/2016	AH
Receitas Correntes	1.462.090,00	2.772.513,00	-47,26%
Receitas de Capital	-	-	0,00%
Total das Receitas	1.462.090,00	2.772.513,00	-47,26%
Despesas Correntes	163.707.894,00	143.989.631,00	13,69%
Despesas de Capital	16.837.406,00	43.144.564,00	-60,97%
Total das Despesas	180.545.300,00	187.134.195,00	-3,52%

Siafi: 2017,2016.

As receitas totais tiveram um acréscimo de 64% em 2017, em relação ao exercício de 2016. Compõem as receitas correntes as que se destinam ao pagamento de pessoal, encargos sociais e as despesas de custeio que financiam as atividades de manutenção administrativa, denominada de Outras Despesas Correntes.

Tabela 17 – Receitas Correntes e de Capital realizadas – Categoria Econômica

Categoria Econômica	Dezembro/2017.	Dezembro/2016.	AH	AV (2017)
Receitas Correntes	864.369,98	1.175.617,61	-36%	46%
Receitas de Capital	1.000.000,00	-	100%	54%
Total das Receitas	1.864.369,98	1.175.617,61	64%	100%

SIAFI: 2016 e 2017

Na tabela seguinte verifica-se o total de R\$ 1.864.369,98 em receitas no exercício de 2017, que é equivalente ao acréscimo de 37% em relação ao exercício de 2016.

Em termos percentuais, a maior evolução refere-se a transferência de capital, com um aumento de 100% no quarto trimestre de 2016 para o quarto trimestre de 2017.

Em relação a Receita de Capital, o valor apresentado na tabela abaixo, refere-se ao recebimento financeiro de empresa privada (ALCOA) para o investimento em equipamentos para a implantação do curso de Engenharia de Minas, no campus da UFOPA, na cidade de Juruti – Pará.

Tabela 18 – Receitas Correntes e de Capital realizadas – Composição



Origem da Receita	2017	2016	AH	AV/17
Receita Patrimonial	74.332,30	292.304,18	-75%	3,99%
Receitas de Serviços	472.083,75	600.718,09	-21%	25,32%
Multas Administrativas, contratuais e judiciais	26.542,28	81.807,96	-68%	1,42%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	291.411,65	200.787,38	45%	15,63%
Transferência de Capital	1.000.000,00	-	100%	53,64%
TOTAL	1.864.369,98	1.175.617,61	37%	100%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

6.2 – Despesas

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

Na tabela abaixo, estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto que os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria Despesas de Capital.

Pelos dados da tabela, os grupos de despesa correntes tiveram uma evolução do quarto trimestre de 2016 para o mesmo trimestre de 2017, com destaque para Pessoal e Encargos Sociais, que apresentaram os maiores acréscimos (19,22%). Quanto ao grupo de despesas de capital, obtiveram uma redução de 60,97% em relação ao exercício de 2016.

Analisando o total das despesas empenhadas em relação à dotação ao total da dotação atualizada, foram executadas até o quarto trimestre de 2017, 94,77%. Das Despesas Correntes, o total executado foi de 98,76% e das Despesas de Capital, 56,04, apresentando tendências similares, em termos percentuais.

Tabela 19 – Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo – Composição

Grupo de Despesas	2017		2016		AH (DOT)	AV - 2017 (EMP) / (DOT)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		
Pessoal e Encargos Sociais	116.285.867,00	115.960.974,91	97.536.738,00	97.140.383,87	19,22%	99,72%
Outras despesas correntes	47.422.027,00	45.710.401,91	46.452.893,00	44.427.636,44	2,09%	96,39%
Subtotal Desp. Correntes	163.707.894,00	161.671.376,82	143.989.631,00	141.568.020,31	13,69%	98,76%
investimento	13.837.406,00	9.435.761,74	43.144.564,00	24.785.966,73	-67,93%	68,19%
Inversões Financeiras	3.000.000,00	-	-	-	100,00%	0,00%
Subtotal Desp. Capital	16.837.406,00	9.435.761,74	43.144.564,00	24.785.966,73	-60,97%	56,04%
Reserva contingência	-	-	-	-	0,00%	0,00%
TOTAL	180.545.300,00	171.107.138,56	187.134.195,00	166.353.987,04	-3,52%	94,77%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Ainda sobre a análise das despesas, a tabela adiante apresenta a composição do grupo de Outras Despesas Correntes.

Verifica-se que o maior volume de gastos (despesas empenhadas) se concentra nos dois primeiros elementos de despesa, Outros Serviços de



Terceiros – Pessoa Jurídica e Locação de Mão-de-Obra, com R\$ 14.585.040,85 e R\$ 10.337.997,38, respectivamente.

Ate o quarto trimestre de 2017, do total dessa categoria de gasto empenhada, houve um acréscimo de 2,89% em relação ao exercício de 2016.

Tabela 20 – Outras Despesas Correntes Fixadas e Empenhadas – Composição

ODC: ELEMENTO DE DESPESA / CATEGORIA DE GASTO	DEZ/2017.		DEZ/2016.		AH (DOT)	AH (DE)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	14.615.040,85	14.585.040,85	14.411.916,42	14.405.744,29	1,41%	1,24%
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	10.337.997,38	10.337.997,38	9.795.088,13	9.795.088,13	5,54%	5,54%
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	8.668.254,48	8.668.254,48	8.880.773,33	7.855.598,42	-2,39%	10,34%
AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	5.330.452,20	5.330.452,20	5.206.210,72	5.202.033,40	2,39%	2,47%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.487.848,93	1.092.192,42	867.392,83	827.915,67	71,53%	31,92%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.356.983,68	1.356.983,68	1.167.070,98	1.157.700,91	16,27%	17,21%
APLICACOES DIRETAS	1.262.696,43	0,00	751.718,50	0,00	67,97%	0,00%
MATERIAL DE CONSUMO	847.728,21	847.728,21	868.299,36	750.660,46	-2,37%	12,93%
SERVICOS DE CONSULTORIA	841.316,80	841.316,80	499.996,08	499.996,08	68,26%	68,26%
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	811.286,67	811.286,67	780.245,68	772.508,93	3,98%	5,02%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	591.527,29	591.527,29	663.622,11	641.953,70	-10,86%	-7,86%
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	530.552,14	530.552,14	654.637,13	620.022,11	-18,95%	-14,43%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	329.847,22	329.847,22	383.091,18	383.091,18	-13,90%	-13,90%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	167.255,93	149.541,56	999.166,79	999.166,79	-83,26%	-85,03%
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	136.075,85	136.075,85	105.331,23	100.228,14	29,19%	35,77%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	20.072,18	20.072,18	7.501,23	7.501,23	167,59%	167,59%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	20.001,48	20.001,48	450,00	450,00	4344,77%	4344,77%
CONTRIBUICOES	17.280,74	17.280,74	27.133,24	27.133,24	-36,31%	-36,31%
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	14.050,22	14.050,22	12.050,48	12.046,48	16,59%	16,63%
AUXILIO-TRANSPORTE	11.969,04	11.969,04	18.461,90	17.961,60	-35,17%	-33,36%
PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	9.500,00	9.500,00	52.000,00	50.100,00	-81,73%	-81,04%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.731,50	8.731,50	735,68	735,68	1086,86%	1086,86%
TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	5.557,78	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	-100,00%	-100,00%
TOTAL	47.422.027,00	45.710.401,91	46.452.893,00	44.427.636,44	2,09%	2,89%

Fonte: Siafi 2016 e 2017.

6.3 Restos a Pagar

No encerramento do exercício de 2016, a UFOPA havia inscrito na rubrica RPNP, considerando também os RP Reinscritos, o total de despesas da ordem de R\$ 42.014.759,06. No encerramento do exercício de 2015, a inscrição e reinscrição de RPNP foi de R\$ 37.780.728,79, apresentando um acréscimo de 11,21%, conforme demonstrado na tabela adiante. Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro; enquanto que os Restos a Pagar Processados, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até esta data, porém, pendentes de pagamento.

Tabela 21 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos

RPNP Inscritos e Reinscritos	(DEZ/2016)	(DEZ/2015)	AH
RPNP Inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	29.903.306,54	21.624.528,31	38,28%
RPNP Inscritos em Exercícios Anteriores	12.111.452,52	16.156.200,48	-25,04%
TOTAL	42.014.759,06	37.780.728,79	11,21%

Fonte: SIAFI, 2015-2017



A tabela seguinte demonstra que até o quarto trimestre de 2017, foram executados (liquidados) 31,47% do total das despesas inscritas na rubrica de RPNP (Correntes e de Capital).

Detalhando-se a execução das despesas por Categoria Econômica, as Despesas Correntes apresentaram a maior execução, 89,35%, e as despesas de capital, 18,21%.

As Despesas de Capital compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>).

Tabela 22 – Execução de RPNP – Por Categoria Econômica

CATEGORIA ECONÔMICA	RPNP Inscritos + Reinscritos	RPNP Cancelados	RPNP Inscritos (-) Cancelados	RPNP Liquidados	% Exec.
DESPESAS CORRENTES	7.813.046,44	328.090,35	7.484.956,09	6.688.049,29	89,35%
DESPESAS DE CAPITAL	34.201.712,62	1.543.887,01	32.657.825,61	5.945.681,58	18,21%
TOTAL	42.014.759,06	1.871.977,36	40.142.781,70	12.633.730,87	31,47%

Fonte: SIAFI 2015-2017.

A tabela adiante apresenta a composição dos RPNP executados, por Grupo de Despesa. Verifica-se que o grupo que apresentou o maior percentual de execução foi o de Outras despesas correntes, com 89,35%, seguido de Investimentos, com 18,21%.

Tabela 23 – Execução de RPNP – Por Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	RPNP Inscritos + Reinscritos	RPNP Cancelados	RPNP Inscritos (-) Cancelados	RPNP Liquidados	% Exec.
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.813.046,44	328.090,35	7.484.956,09	6.688.049,29	89,35%
INVESTIMENTOS	34.201.712,62	1.543.887,01	32.657.825,61	5.945.681,58	18,21%
TOTAL	42.014.759,06	1.871.977,36	40.142.781,70	12.633.730,87	31,47%

Fonte: SIAFI, 2015-2017.

Este significativo percentual de valor inscrito em Restos a Pagar, justifica-se pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade destas despesas



e que é amparado pelo artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se refiram às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**.

Nesse sentido, conforme explicitado na tabela abaixo, a maior parcela do saldo de RPNP, é representada por recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (agrupadas pelo identificador (“Lei Calmon = SIM”), independentemente da fonte de recursos, não sendo aplicado para estes recursos o cancelamento por decurso do prazo de que trata o referido decreto. Cabe ressaltar que o saldo relativo às despesas do PAC, no âmbito do MEC, integra também o montante referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo identificadas pelo EOF (RP3) de acordo com os atributos do sistema de extração de dados, Tesouro Gerencial.

Tabela 24 – RPNP relativos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Indicador "Lei Calmon"	RPNP Inscritos + Reinscritos	RPNP Cancelados	RPNP Liquidados	RPNP Pagos
NÃO	1.383.988,96	0,00	1.383.988,96	1.383.988,96
SIM	40.630.770,10	1.871.977,36	11.284.496,20	11.249.741,91
TOTAL	42.014.759,06	1.871.977,36	12.668.485,16	12.633.730,87

Fonte: Elaboração própria com base no SIAFI, 2017

Na tabela abaixo são demonstrados os valores referentes aos cancelamentos de RPNP, por Grupo de Despesa, de 2015 em diante.

No exercício de 2017, foi realizada a solicitação para análise e baixa, dos saldos alongados de exercícios anteriores a 2016 para cada unidade demandante desta Instituição, conforme à orientação da Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN/STN, em dezembro de 2016, com a citação de acórdãos do TCU que abordam o assunto, em especial ao mais recente, o 272/2017-P.

Pela tabela abaixo, verifica-se que até quarto trimestre de 2017, houve um volume significativo de cancelamento de empenhos inscritos em RPNP, reduzindo o estoque de dívidas, especialmente no grupo de Investimentos, que atingiu R\$ 1.5 milhões.

Tabela 25 - Evolução dos Cancelamentos de RPNP a partir de 2015

Grupo Despesa	DEZ/2017	DEZ/2016	DEZ/2015
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	27.312,50	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	328.090,35	398.680,58	2.020.177,65
INVESTIMENTOS	1.543.887,01	10.991.033,82	3.867.959,40
TOTAL	1.871.977,36	11.417.026,90	5.888.137,05

Fonte: Elaboração própria com base no SIAFI, 2017



7 - Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, até o quarto trimestre de 2017, a geração líquida de caixa foi positiva de R\$ 334.987,06, apresentando um extremo aumento em relação ao mesmo período de 2016, de **10845%**, em razão dos saldos inicial de caixa e equivalência de caixa de 2016 oriundo das contas de limite de saque e recursos de aplicações financeiras de 2015.

Tabela 26 – Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa- Saldo Inicial e Final

Resultado Financeiro BF x DFC	31.12.2017	31.12.2016	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	R\$ 3.358.807,40	R\$ 7.323.869,22	-54%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	R\$ 3.693.794,46	R\$ 3.358.807,40	10%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	R\$ 334.987,06	-R\$ 3.965.061,82	10845%

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuíram para o aumento da formação de caixa.

Atividades	31.12.2017	31.12.2016	AH
Fluxo de Caixa das Atividades das Operações	R\$ 7.885.708,30	R\$ 5.529.324,60	43%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-R\$ 8.550.721,24	-R\$ 9.494.386,42	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	R\$ 1.000.000,00	R\$ -	100%
Total	R\$ 334.987,06	-R\$ 3.965.061,82	10845%

7.1 - Atividades Operacionais

As atividades Operacionais foram as que mais contribuíram para a geração líquida de caixa superavitária. A receita que teve maior participação nesse resultado foi a Receitas advindas das Transferências Financeiras Recebidas de repasses do MEC para manutenção/funcionamento da UFOPA, no valor de R\$ 169.362.256,66.

Do total dos desembolsos das atividades das operações da UFOPA no quarto trimestre de 2017, 88,40% são para pagamento de Pessoal e Demais Despesas, no montante de R\$ 143.690.257,15, vinculada a educação, principal atividade da instituição. Houve uma evolução de 12% das despesas de pessoal e demais despesas devido principalmente o ingresso de mais servidores.

Tabela 27 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades Operacionais



Desembolsos por Função de Governo	2017	2016	AV 2017	AV 2016
Pessoal e Demais Despesas	-143.690.257,15	-128.089.559,56	100,00	100,00
Legislativo	-	-		
Judiciário	-	-		
Essencial à Justiça	-	-		
Administração	-	-900.000,00		0,70
Defesa Nacional	-	-		
Segurança Pública	-	-		
Relações Exteriores	-	-		
Assistência Social	-	-		
Previdência Social	-1.673.388,91	-1.272.463,81	1,16	0,99
Saúde	-1.172.000,00	-	0,82	
Trabalho	-	-		
Educação	-140.844.868,24	-125.617.095,75	98,02	98,07
Cultura	-	-		
Direitos da Cidadania	-	-		
Urbanismo	-	-		
Habitação	-	-		
Saneamento	-	-		
Gestão Ambiental	-	-		
Ciência e Tecnologia	-	-		
Agricultura	-	-		
Organização Agrária	-	-		
Indústria	-	-300.000,00		0,23
Comércio e Serviços	-	-		
Comunicações	-	-		
Energia	-	-		
Transporte	-	-		
Desporto e Lazer	-	-		
Encargos Especiais	-	-		
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de	-	-		

7.3 - Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas, bem como as transferências de capital recebidas, como revela a tabela a baixo, a UFOPA não possui esse tipo de receita.

As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos.

Pela análise da tabela abaixo, verifica-se que os desembolsos foram superiores aos ingressos, resultando num fluxo deficitário de R\$ 8.550.721,24. Os maiores montantes dos dispêndios, estão relacionados à aquisição de materiais



permanentes (bens móveis) e de construções de imóveis da UFOPA, para finalidade da instituição. Nota-se uma queda de 35% na aquisição de ativos no quarto trimestre de 2017 comparado ao mesmo período de 2016, devido principalmente a paralisação das obras de blocos modulares padrão no campus tapajos prestado pela empresa MAZ construções Eireli e pela paralisação da construção do restaurante universitário. Já os outros desembolsos de investimentos evoluíram 2115% em razão do crescimento das manutenções e conservação prediais.

Tabela 28 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades de Investimento

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2017	2016	AH
		-8.550.721,24	-9.494.386,42
INGRESSOS	-	-	
Alienação de Bens	-	-	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	
DESEMBOLSOS	-8.550.721,24	-9.494.386,42	-10%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.114.441,94	-9.384.386,42	-35%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.436.279,30	-110.000,00	2115%

7.4 - Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida.

Na UFOPA, houve um recebimento de Transferência de capital de R\$ 1.000.000,00 advindo de instituição privada (Alcoa) para financiamento de equipamentos dos cursos de engenharia no campus de Juruti-PA.

8 - Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

Adiante, são apresentadas as variações mais relevantes referentes aos registros dos itens da DVP na base do dia 31/12/2017.

8.1 - Variações Patrimoniais Diminutivas



8.1.1 - Desincorporação do Ativo

Compreende/Registra a contrapartida de desincorporação de ativo, como nos casos de baixa de ativos inservíveis ou outros eventos sob controle da entidade. Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).

A Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA informa que houve um equívoco no registro da desincorporação de ativo, referente à baixa de bens imóveis no valor de **R\$ 6.870.000,00**, registrados em duplicidade em exercícios anteriores, e por ter sido registrados em exercícios anteriores, a baixa não deveria impactar em contas das Demonstrações das Variações Patrimoniais e sim na conta de ajuste de exercício anterior. Ao analisar a variação exorbitante de **23.900,49%** na conta de desincorporação de ativo (Variação Patrimonial Diminutiva) comparando o 4º trimestre de 2017 com o 4º trimestre de 2016, identificamos a falha e pretendemos regularizar o quanto antes.

8.1.2 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às obrigações relativas às prestações pecuniárias compulsórias, em moeda ou cujo valor nela possa se exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade vinculada. Como: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Impostos

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com impostos, apurados no período de competência, e vinculados à atividade administrativa do contribuinte, definidos no CTN.

Taxas

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com taxas cobradas pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, no âmbito de suas respectivas contribuições, decorrentes da contraprestação de serviços públicos ao contribuinte postos a sua disposição, inclusive o exercício de poder de polícia.

Contribuição de Melhorias

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com tributo cuja obrigação tem por fato gerador um benefício especial auferido pelo contribuinte que por consequência promove uma valorização imobiliária e patrimonial decorrente de obra pública de competência da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, amparadas em lei e limitadas ao total da despesa pública realizada.



A UFOPA no 4º trimestre de 2017 possuía um saldo de R\$ 70.104,32 referente a Impostos, taxas e Contribuições de melhoria. Houve uma evolução de **5.879,25%** comparada ao mesmo período de 2016, em razão principalmente da apropriação de DAE - Auto de Infração n.372016510001629, alusivo a ICMS, no valor de R\$ 59.317,44, Dívida Ativa da competência de fevereiro 2016, registrado como termo de reconhecimento de dívida fl.456, conforme decreto 93872/86, art.22, §2º, al.c. processo:223204.005267/11-63. Esse pagamento está em processo de análise jurídica, pois a instituição possui isenção de Impostos.

Houve uma queda de **100%** de Outras transferências e Delegações Concedidas (Compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes de demais transferências e delegações concedidas não compreendidas nas contas anteriores) no quarto trimestre de 2017 em comparação ao quarto trimestre de 2016, em decorrência da transferência de valores de Imóveis de uso especial no SPIUnet para Superintendência do Patrimônio da União, no ano de 2016.

Tabela 29-das evoluções da VPD.

Posição	Variações Patrimoniais Diminutivas	AH	AV - 12/17
1	Desincorporação de Ativos	23900,49%	4,01%
2	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5879,25%	0,04%
3	Outras Transferências e Delegações Concedidas	-100,00%	0,00%
4			
5			
6	Juros e Encargos de Mora	-96,18%	0,00%
7	Transferências Intragovernamentais	-80,46%	0,23%
8	Aposentadorias e Reformas	38,38%	0,72%
9	Transferências a Instituições Privadas	-36,31%	0,01%
10	Contribuições	27,09%	0,02%

8.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o aumento no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso ou aumento de ativo ou diminuição de passivo, que resulte em aumento do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários. Na UFOPA o montante das VPA, no 4º trimestre de 2017, consistiu em **R\$ 171.423.845,22**, as evoluções ou o retrocesso serão explicitados a seguir.

8.2.1 - Ganhos com Desincorporação de Passivos

Compreende a contrapartida da desincorporação de passivos, houve uma diminuição de **97,35%** em relação ao mesmo período de 2016, principalmente em decorrência da baixa do diferido no ano de 2016.

8.2.2 - Outras transferências e Delegações Recebidas



Compreende as variações patrimoniais aumentativas decorrentes de demais transferências e delegações recebidas não compreendidas nas contas anteriores.

Na instituição ocorreu a transferência de R\$ 902.692,40 de bem imóvel à Superintendência Patrimonial da União de 2016, gerando uma queda de **79,35%** nessa conta.

8.2.3 - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

Compreende o valor total das variações patrimoniais aumentativas decorrentes da remuneração do saldo diário dos depósitos da União existentes no banco central, bem como aplicação de recursos da conta única de acordo com a rentabilidade média intrínseca dos títulos do tesouro.

A UFOPA deixou de realizar aplicações financeiras por não possuir autorização para esses registros, por essa razão, houve um retrocesso de **74,57%**.

8.2.4 - Exploração de bens, Direitos e Prestação de Serviços

Compreende as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a prestação de serviços, que resultem em aumento do patrimônio líquido, segregando-se a venda bruta das deduções como devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

A UFOPA sofreu uma queda de **21,41%** nessa conta, pois houve a diminuição dos recursos financeiros recebidos da Fundação Amazônia de Amparo a Estudo e Pesquisa que possui contratos (de 2016) com a UFOPA referente a exploração de serviços de ensino.

